



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental

ESTADO NEODESENVOLVIMENTISTA ENQUANTO ESTADO REGULADOR: A PROPAGAÇÃO DE MEGAPROJETOS COMO MEDIDA ANTICÍCLICA

REBECA GOMES DE OLIVEIRA SILVA¹
EMILE NYCOLE CARVALHO DE FREITAS²
MARIA DAS GRAÇAS E SILVA³

Resumo: Objetivamos nesse artigo analisar como a propagação dos megaprojetos no território brasileiro e em outros países do Sul global, no contexto do Estado neodesenvolvimentista, configurou-se enquanto medida anticíclica diante da crise estrutural do capital. Tais reflexões surgiram a partir da graduação sanduíche ofertado pelo Programa de Pró Mobilidade Internacional Capes, cujo destino foi Moçambique. Os procedimentos metodológicos adotados se pautaram na pesquisa bibliográfica e documental. O processo investigativo nos evidenciou que o Estado brasileiro vem através dos megaprojetos contribuindo para a expansão do capital, mesmo que resulte em destruição dos ecossistemas e intensificação dos conflitos socioambientais.

Palavras-Chave: Crise estrutural do capital. Neodesenvolvimentismo. Megaprojetos.

Resumen: En este artículo se analizó cómo la propagación de los megaproyectos en el territorio brasileño y en otros países del sur global, en el contexto del Estado neodesarrollismo, se configuró como medida anticíclica ante la crisis estructural del capital. Tales reflexiones surgieron a partir de la graduación sándwich ofrecido por el Programa de Pro Movilidad Internacional Capes, cuyo destino fue Mozambique. Los procedimientos metodológicos adoptados se basaron en la investigación bibliográfica y documental. El proceso investigativo nos ha evidenciado que el Estado brasileño viene a través de los megaproyectos contribuyendo a la expansión del capital, aunque resulte en destrucción de los ecosistemas e intensificación de los conflictos socioambientales.

Palabras Claves: Crisis Estructural del capital. Neodesarrollismo. Megaproyectos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar os reflexos da crise estrutural do capital no funcionamento do Estado neodesenvolvimentista brasileiro que teve, dentre suas medidas anticíclicas, o incentivo à construção de megaprojetos no território nacional e

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <rebecagomes.gomes@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social, Universidade de Pernambuco.

³ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

em outros países do sul global⁴. Tais reflexões surgiram a partir da graduação sanduíche, com duração de quatro meses em Moçambique, ofertado pelo Programa de Pró Mobilidade Internacional Capes, que resultou na pesquisa desenvolvida para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade”: uma reflexão sobre a relação entre os grandes empreendimentos e as comunidades locais no Complexo de Suape e no ProSavana”.

A subalternidade dos países do Sul global, com destaque nesse trabalho para o Brasil, aprofundou-se, principalmente, com a crise de 1970 que intensificou as contradições do sistema capitalista, modificando os meios de produção (capital constante) e a relação com a força de trabalho (capital variável). Essa crise incide no Brasil, realizando mudanças para que permaneça o essencial: sua condição de país dependente. Esse modo não é fruto de uma condição acidental, mas uma característica estrutural desse modo de produção (ARAÚJO; SILVA, 2015).

É intrínseco ao modo de ser do capital a ocorrência de crises, pois estas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo; todavia, essas crises atingem de modo desigual as classes sociais, sendo que os países periféricos pagam o preço mais alto. Contudo, a crise de 1970 possui uma particularidade. Diferente das crises anteriores, a crise que se abre nos idos de 1970, acompanhada por momentos de prosperidade e recessão, não tem precedentes na história do capital, ela expõe em todas as dimensões as contradições do capital em sua busca insaciável por lucro (SANTOS, 2014), caracterizando-se como uma crise do próprio capital que, depois de vivenciar a era dos ciclos, vê-se diante de uma crise estrutural em sua forma endêmica, cumulativa e permanente (MESZAROS, 2011).

O neoliberalismo, como projeto privilegiado de resposta à crise estrutural, chega nos países periféricos de forma avassaladora. No caso brasileiro, embora o neoliberalismo tenha sido hegemônico desde a década de 1990, inflexões nesse projeto de classe fizeram-se necessárias, dando origem ao período denominado “neodesenvolvimentismo”, quando o Estado brasileiro impulsiona a expansão de capitais, através de megaprojetos no território nacional e em outros países do Sul global.

Os estudos empreendidos revelam que os megaprojetos constituem uma estratégia de expansão do capital, enquanto medida anticíclica, impulsionando novos campos de valorização do valor, da criação de novos mercados ao redor do mundo, mesmo que isso resulte em destruição dos ecossistemas e intensificação dos conflitos socioambientais, principalmente com as comunidades tradicionais, em torno das

⁴ O Sul global caracteriza-se pelos países nos quais “há um processo histórico de saque e exploração” que dão sustentação aos países centrais (BASSEY, 2015, p. 18).

distintas formas de apropriação da natureza, seja para assegurar a sobrevivência ou reprodução desses povos, seja como fonte de acumulação para o capital.

Portanto, pretende-se nesse trabalho refletir sobre o papel que esses megaprojetos vêm exercendo na contemporaneidade enquanto modo de expansão do capital. Para isso utilizamos do método fundado no arcabouço categorial herdado da teoria crítica, com intuito de desvelar a realidade analisada. O processo de pesquisa contemplou a revisão bibliográfica e a pesquisa documental.

2 CRISE ESTRUTURAL E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: A BUSCA PELA EXPANSÃO DO CAPITAL

A crise de 1970 se manifesta devido ao esgotamento do pacto fordista-keynesiano⁵ vigente desde os anos 1945, pós Segunda Guerra Mundial. Mudanças substantivas foram sinalizadas e o sistema do capital adentra em uma nova fase, a crise estrutural. Para István Mészáros (2011) a crise estrutural não se caracteriza como uma crise do sistema capitalista estritamente, mas uma crise do capital. Para esse teórico o “capital é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital “monetário”, “mercantil” etc. – vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar” (p. 1064).

Portanto, capital e capitalismo não são sinônimos, o capital antecede ao capitalismo e é a ele posterior, e a contradição que incide nesse momento histórico são os limites estruturais do capital. Por ser um sistema totalizador não há uma única esfera da vida que ele não alcance. Por isso, a atual crise não se trata apenas de uma crise financeira, ela evidencia “o potencial de autodestruição da humanidade, no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza” (MÉSZÁROS, 2011, p. 29), dessa maneira, essa crise está ligada aos limites últimos de uma estrutura global.

⁵ A crise de 1929-32, considerada uma das crises mais severas do sistema capitalista, ocorreu devido as contradições do liberalismo. A resposta burguesa e esse processo foi a “revolução keynesiana” com medidas anticrise ou anticíclicas, defendendo uma maior intervenção estatal com medidas econômicas e sociais, com vista a gerar demanda efetiva. O keynesianismo e o fordismo constituíram os pilares do processo de acumulação do capital no pós-1945, os quais resultaram nos “anos de ouro”, o que possibilitou melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores. Todavia, esse período do capitalismo “regulado” começa a se exaurir no final dos anos 1960, as estruturas encontradas pós-1945 para garantir a expansão do capital aparecem agora enquanto entraves para sua reprodução perpétua, entrando assim em crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Por se tratar de uma crise que se prende à própria estrutura do sistema do capital, ela se configura tendo por base quatro aspectos, a saber: 1) seu caráter universal por atingir a todas as esferas da vida social, não se restringindo a esferas ou ramos; 2) seu alcance é global, atinge todos os países do globo; 3) não possui uma duração de tempo determinada, sua extensão temporal apresenta-se como uma crise de longa duração, sem saídas possíveis a longo e curto prazo, caracterizando-se como “permanente”; 4) seu modo de desdobramento pode ser denominado como “rastejante”(MESZÁROS, 2011).

Em seu caráter “totalizador” nem mesmo a natureza conseguiu escapar da influência civilizadora do capital. A crise estrutural também anuncia a emergência de uma crise ecológica sem precedentes. A tentativa de ultrapassar todas as barreiras que impedem a acumulação resulta em “várias modalidades de destruição” (CLARK; FOSTER, 2010, p. 25), aí incluída a destruição da natureza (SANTOS, 2014). Como afirmam Clark e Foster (2010, p. 25)

O metabolismo social do capitalismo é cada vez mais divorciado do natural, produzindo várias cisões metabólicas e formas de degradação ecológicas nos ciclos e processos naturais, o que leva à violação das leis naturalmente postas de regulação da produção social que mantêm as condições da natureza.

A racionalidade do capital, pautada nas leis do mercado, na corrida pelo superlucro, é intrinsecamente contraditória com o ciclo natural. A natureza é vista pelo capital apenas em seu valor de troca, como mercadoria, subjugando sua importância para a sobrevivência da humanidade, do próprio sistema sóciometabólico do capital. O objetivo central do capital é a sua autorreprodução em uma escala cada vez maior, não aceitando qualquer tipo de restrição (MÉSZÁROS, 2011).

Dessa maneira, assiste-se a uma crise civilizatória, uma crise que atinge a todas as esferas elementares de garantia de sobrevivência do modelo civilizatório capitalista. Segundo Querido (2015, p. 25) “trata-se de uma crise global da civilização capitalista, cuja expressão mais dramática é a deterioração incontrolável das condições naturais e sociais de produção”. Portanto, vive-se um processo de múltiplas crises: econômica, política, social, ecológica, que se interligam mutuamente.

Deste modo, a crise estrutural do capital inaugura uma nova temporalidade histórica pautada em um novo modelo de acumulação do capital (ALVES, 2016). As formas de enfrentamento a essa crise foram conduzidas por um processo denominado “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996). Tal mundialização estrutura-se no tripé: financeirização da economia (o posto mais avançado do capital), reestruturação produtiva e globalização do ideário neoliberal (LOPES; PORFÍRIO, 2014). A

mundialização do capital se caracteriza como uma "nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação". Com a mundialização nasce a liberalização e a desregulamentação, pois são liberadas todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas nas fases anteriores (CHESNAIS, 1996, p. 13).

Vale dizer que o capitalismo vem encontrando fortes dificuldades para abrir saídas para valorização do capital, todavia, isso não significa sua estagnação, mas sim a não realização de suas promessas civilizatórias. A mundialização do capital configura-se como medidas de reestruturações capitalistas que atingem as mais diversas instancias da vida social. Contudo, essas reestruturações se configuram enquanto meios para garantir a sobrevivência do sistema sociometabólico do capital mesmo que pautado na lógica destrutiva (ALVES, 2016).

Diante da derrota das forças políticas do trabalho, fortemente atuantes no período keynesiano, foi conduzida uma reestruturação política do capital pautado no Estado neoliberal⁶. Portanto, o neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise dos anos 1970, buscando implementar medidas que permitam a recomposição das suas taxas de lucro, ao mesmo tempo em que desenvolve iniciativas que as legitimem socialmente. David Harvey (2011, p. 16) refere-se ao neoliberalismo como

Um projeto de classe que surgiu na crise dos anos de 1970. Mascarado por uma retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre mercado e livre comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder de classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todo os países que tomaram o caminho neoliberal.

O neoliberalismo é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista de bem-estar, visando "preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro" (ANDERSON, 1995, p. 10). Desta forma, o neoliberalismo se configura enquanto uma estratégia política mundial cujo intuito é a reversão da crise orgânica do capitalismo vivida desde a década de 1970.

Rapidamente grande parte dos países do mundo adotou o programa neoliberal sob a promessa de que "o crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos" (ANDERSON, 1995, p.3), esses

⁶ "As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros⁶, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais" (ANDERSON, 1995, p 2). Para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado social, por meios de política redistributiva, é pernicioso para o desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população.

países buscaram como forma de alcançar esses objetivos eliminar os obstáculos que impediam o crescimento do capital. Tais obstáculos, por sua vez, seriam os mínimos sociais garantidos no período anterior.

Os programas de ajuste neoliberal chegam aos países periféricos de forma avassaladora, aprofundando a situação subsidiária desses países, reforçando seu papel de exportador de produtos primários (ARAÚJO; SILVA, 2015). A agenda política do neoliberalismo na América Latina enquadrava-se no Consenso de Washington “[...] que previa uma série de medidas para acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários” (CASTELO, 2012, p. 623).

A integração da América Latina à fase neoliberal resultou na maior abertura ao capital externo, seguindo os ditames do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, como também, resultou na desestruturação das conquistas sociais adquiridas nas décadas anteriores, engendrando o aprofundamento das tensões sociais. No entanto, a crise do neoliberalismo chegou na América Latina no final do século XX, antes de atingir o centro imperialista em 2008 (CASTELO, 2016). Tal crise se tornou orgânica, capaz de abalar a supremacia burguesa nos seus elos mais frágeis.

Como contratendência, inicia-se uma forma diferente de enfrentamento da crise estrutural que resultou em uma dupla movimentação política: de um lado, as classes dominantes, que para manterem seu status de hegemonia incorporaram uma agenda de intervenção focalizada nas expressões mais gritantes da “questão social” e, do outro lado, a mobilização política da classe trabalhadora contra o neoliberalismo que derrubou governos que estavam vinculados ao Consenso de Washington. Rodrigo Castelo (2012) nomeia esse momento de resposta da classe dominante à crise neoliberal de social-liberalismo como uma tentativa político ideológica da classe hegemonia de responder às tensões sociais derivadas do acirramento da “questão social” e da mobilização da classe trabalhadora.

Assim, as classes dominantes visavam acrescentar ao neoliberalismo uma agenda social, buscando dar uma face mais humana a essa fase do capitalismo para, assim, reduzir as tensões sociais e políticas que cada vez mais ganhavam força. Em linhas gerais, o social-liberalismo afirma que as falhas próprias do neoliberalismo apenas requerem uma regulação estatal seletiva, devendo o Estado intervir de modo focalizado. Este ajuste, realizado pela classe burguesa, que contou com o referendo e participação de segmentos importantes da classe trabalhadora, na verdade não passou de mudanças de alguns aspectos do neoliberalismo para preservar a sua essência (CASTELO, 2016).

Nessa direção, o social-liberalismo chega na América Latina “pelas mãos de antigos partidos socialdemocratas, organizações que outrora defenderam os interesses dos trabalhadores e, atualmente, aderiram ao projeto burguês contemporâneo” (CASTELO, 2016, p. 48). Assim, o social-liberalismo surge no contexto brasileiro, através do Partido dos Trabalhadores vinculado ao ideário neodesenvolvimentista, como resposta à crise do neoliberalismo em sua fase mais ortodoxa.

2.1 O Estado neodesenvolvimentista como Estado regulador: expansão de megaprojetos como medida anticíclica

A fase de consolidação do neoliberalismo no Brasil, de acordo com Behring e Boschetti (2011), iniciou-se nos anos 1990⁷, período de contrarreforma do Estado e de redirecionamento das conquistas sociais garantidas na década anterior. A função do neoliberalismo nesse momento histórico foi integrar o Brasil no movimento hegemônico do capital no mercado mundial (ALVES, 2016). Nesse sentido, a contrarreforma estatal tinha como finalidade estabelecer “o mínimo de intervenção estatal, para um máximo de exploração, na busca da maximização dos lucros”. (SANTOS, 2010, p 95).

Num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida no país desde o início dos anos de 1980 (BEHRING e BOSCHETTI, 2011), a contrarreforma do Estado apresentava-se enquanto saída para se garantir a acumulação perpétua do capital. Dessa maneira, as políticas neoliberais no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) revelaram sua face perversa, submetendo conquistas sociais às leis do mercado, orientando-se pelo trinômio: “abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado” (ALVES, 2016, p. 105).

Nessa direção, diante das experiências catastróficas de Fernando Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso (FHC), os desgastes que a ofensiva neoliberal engendrou, juntamente com o aumento das mobilizações populares inconformadas com o aumento da pobreza e da retirada dos direitos, a diretriz que conduziu ao apassivamento diante desse processo foi uma política pautada no consenso, ou seja, atendendo aos interesses da classe burguesa e aos interesses da classe trabalhadora, mesmo que superficialmente (IASI, 2014).

⁷ Essa década é conhecida como “década do desmonte da Nação” (MOTA; AMARAL, 2016, p. 33).

Desse modo, uma das vias possíveis encontradas como meio de remediar essa crise foi, nos anos 2000, a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), do Partido dos Trabalhadores – PT. Os votos dados para a eleição do ex-presidente Lula, foram, indefectivelmente, em busca de mudanças na ordem econômica, herdada do governo FHC e garantias sociais.

Contudo, o PT entra no círculo do poder político, tornando-se “uma esquerda confiável para o capital” (FONTES, 2013, p. 109), e será o suporte a partir do qual a burguesia neoliberal conseguirá enfrentar sua crise de hegemonia no começo do século XXI (SILVA, ARAÚJO, 2013). A vitória do PT, que representou naquele contexto uma grande conquista para a luta da classe trabalhadora, logo se mostrou uma continuação da política de FHC, mantendo os pilares da macroeconomia neoliberal, mas agora com novos elementos (OLIVEIRA, 2003).

A finalidade dessa intenção política era garantir que todos saíssem ganhando, mesmo que de modo tão desigual. Segundo Mota (2012, p. 35) “[...] a era Lula foi palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista” e de modo concomitante “[...] atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes”. Desta forma, para assegurar suas posições precisava mostrar-se como esquerda, precisava conservar as rédeas das organizações populares, garantindo a sua incorporação à ordem do capital (FONTES, 2013).

Assim, no governo do ex-presidente Lula, inaugurou-se uma nova agenda político-econômico-social no Brasil, o chamado neodesenvolvimentismo. Nesse período o capital internacional deixou de ser visto enquanto empecilho para o desenvolvimento, diferentemente da ideia defendida pelos ideólogos do nacional-desenvolvimentismo da década de 1950, tendo como fundamento o crescimento econômico com desenvolvimento social (CASTELO, 2012).

Segundo Rodrigo Castelo (2016) “o novo desenvolvimentismo surgiu no “ninho dos tucanos”” (p. 61). Esse “novo” projeto desenvolvimentista se fundamentou, principalmente, através dos escritos de Luiz Carlos Bresser Pereira⁸ que escreveu, em 2004, um artigo na Folha de São Paulo, intitulado “Novo desenvolvimentismo”. Logo em seguida, um grupo de pesquisadores lançou uma coletânea cujo título é “Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social”. Com o governo Lula, as teses do novo desenvolvimentismo deixaram de ser apenas um espectro e ganharam materialidade.

⁸ “Ex-ministro da Reforma do Estado, professor emérito da FGV-SP e intelectual orgânico do PSDB no período de 2004” (FERRREIRA; OSCAR, 2016, p. 38).

Enquanto um instrumento de legitimação ideológica do capital, lançado no período de crise, nesse caso, de uma crise estrutural, o objetivo do neodesenvolvimentismo era construir os consensos necessários para manter a hegemonia burguesa. Reinaldo Gonçalves (2012) evidencia que o neodesenvolvimentismo não passa de uma versão do liberalismo enraizado.

O projeto burguês vigente no governo Lula, pautado no neodesenvolvimentismo, atribuiu ao Estado o papel de fomentador da economia brasileira nas condições do mercado mundializado (ALVES, 2016). Caracterizando-se como um Estado regulador, apto a realizar reformas para que “tudo mude para permanecer o mesmo” (CASTELO, 2016, p. 48), atuando como Estado- investidor ou como Estado- financiador (ALVES, 2016).

O Estado-investidor corroborou para pôr em marcha grandes projetos no território nacional, atendendo, desse modo, às demandas do grande capital (ALVES, 2016). Essa vertente do Estado se manifestou, por exemplo, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula. Segundo o site oficial do PAC⁹, o programa foi

Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais.

Pautado nesse ideário, os incentivos do Estado-investidor, corroboraram para a instalação e expansão de grandes projetos no território nacional, alardeados como meios para se alcançar o desenvolvimento, forjados pelo discurso de garantia de empregos, de progresso, de melhoria para todos. Diante disso, os ditos “obstáculos” ao desenvolvimento, sejam eles naturais ou sociais, foram varridos, ignorados diante da busca do capital pela garantia de sua dinâmica predatória. Dentre esses projetos de desenvolvimento, situados no território brasileiro, destacamos a Transposição do Rio São Francisco, as hidrelétricas na Amazônia e o Complexo Industrial e Portuário de Suape, localizado em Pernambuco.

O Estado-financiador estrutura-se como meio “capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional, com capacidade competitiva no mercado mundial” (ALVES, 2016, p. 107). Para esse objetivo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social (BNDES) teve bastante destaque, realizando

⁹ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acessado em: 27/11/2017.

operações de financiamento direto e/ou indireto para a concentração ou centralização dos capitais nacionais (CASTELO, 2016). Um dos objetivos do governo Lula foi transformar as empresas brasileiras em multinacionais¹⁰, desse modo,

Grande parte da carteira de empréstimos do BNDES está voltada para a política de formação das campeãs nacionais, isto é, a formação de oligopólios brasileiros que atuam em setores econômicos nos quais o País goza vantagens comparativas, em especial nos mercados de *commodities*.

Nessa conjuntura, mediante o financiamento do BNDES, avançou-se o processo de multinacionalização de empresas brasileiras para países do Sul global. Até 2003 os investimentos brasileiros no exterior eram aproximadamente U\$ 1 bilhão por ano, mas, entre 2004 e 2007, saltaram para U\$ 14 bilhões em média (GARCIA, 2012). Nessa investida, houve predominância de empresas de mineração (Vale), da engenharia (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa) e do petróleo (Petrobrás). Desse modo, o Estado apoiou, através desses suportes bilionários, a transnacionalização das empresas brasileiras (FONTES, 2013).

A política externa brasileira também foi utilizada como instrumento do neodesenvolvimentismo. Com a forte atuação do Estado, expandiu-se o capital financeiro nacional e internacional para os países periféricos, sob o manto de uma suposta política progressista Sul-Sul (CASTELO, 2016). Esse direcionamento intenso à expansão das relações com o Sul global se deu devido ao interesse de tornar o Brasil um líder regional da América Latina, além do incentivo do ex-presidente Lula que visava uma integração dos países do sul. Desse modo, a diplomacia representava um instrumento de apoio para o projeto social e econômico do país (GARCIA, 2012).

O avanço das multinacionais brasileiras para outros países do Sul também fez parte da política externa brasileira. No âmbito da gestão do ex-presidente Lula, o BNDES passou a ter uma linha de crédito específica para a internacionalização das empresas brasileiras. Dessa maneira, o Banco se tornou um dos principais

¹⁰ Em uma entrevista concedida à jornalista Amanda Rossi para o seu livro “Moçambique o Brasil é aqui: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África” (2015), Lula afirma o seguinte: “a gente ajuda a criar empresas multinacionais brasileiras e ajuda a criar grandes empresas nacionais dos países africanos. É juntar a fome com a vontade de comer. Eu sonhava com isso. Não era fácil! Porque as pessoas querem segurança jurídica, querem democracia, querem instituições sólidas, e a África não oferecia isso” (p. 329). O apoio às empresas brasileiras com capacidade de competir globalmente foi uma estratégia central de desenvolvimento assumida pelos governos do PT, corroborando com o seu novo papel de “país emergente”. O objetivo era diversificar as relações político comerciais com a ampliação e intensificação das relações com outros países do Sul com forte atuação do Estado através das políticas públicas proativas, a concessão de créditos através do BNDES (GARCIA, 2012).

financiadores no que diz respeito à integração da infraestrutura nos países que o Brasil possui relação¹¹ (GARCIA, 2012).

Essas modificações no modo de atuação do Estado só foram possíveis devido às significativas alterações na divisão internacional do trabalho, comandadas principalmente pelas relações entre os Estados Unidos e a China. Segundo Garcia (2012, p. 42) “a internacionalização americana, associada ao crescimento chinês, teria produzido “uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial”, criando um novo “centro nacional de acumulação de poder e capital”. Dessa maneira, foi promovida uma dinamização dos mercados financeiros internacionais, principalmente por meio dos mercados de *commodities*. A pauta exportadora brasileira é principalmente de *commodities*, e nesse momento histórico existia uma intensa demanda desse recurso por esses dois países supracitados.

Diante disso, os governos petistas estimularam uma política de exportação pautada nas “vantagens competitivas naturais” do país principalmente por causa do aumento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional¹² (CASTELO, 2016). O Brasil integra-se nesse circuito devido a sua ampla oferta de recursos naturais que responde ao aumento da demanda externa (PEREZ; LARA, 2015), possibilitando ao país um ciclo de crescimento econômico¹³. Essa expansão do capitalismo no Brasil levou-o a integrar-se ao grupo de países capital-imperialistas, mesmo que de forma secundária (FONTES, 2010).

No mundo contemporâneo vive-se uma nova configuração do imperialismo, pautado na concentração de capitais sob a forma do capital portador de juros (capital monetário) e com a intensificação das expropriações, cujo fim último é converter todas

¹¹ No plano doméstico, o BNDES também investiu na construção da infraestrutura necessária para a expansão do capital, principalmente dos grandes projetos de desenvolvimento (GARCIA, 2012).

¹² Alguns autores afirmam que por causa da intensificação do processo de exploração das matérias primas no território brasileiro viveu-se um período de reprimarização da economia (GONÇALVES, 2012). Bruno Milanez (2013) analisa as aproximações entre o neodesenvolvimentismo e o neoextrativismo na América Latina, sobretudo no Brasil. Para ele o neoextrativismo se caracteriza pela ampliação da participação de bens primários e semielaborados nas exportações dos países latino-americanos, caracterizando-se como um processo de reprimarização da economia, principalmente a partir dos anos 2000. Por neoextrativismo entende-se “um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada” (MILANEZ, 2013, p. 10). O autor destaca que apesar do conceito extrativismo ser utilizado para extração de recursos minerais e do petróleo, também pode ser associado para atividades agrárias, florestais e de pesca. Devido ao “efeito China”, seu crescimento econômico vem sendo o principal responsável pela elevação dos preços das *commodities*, houve uma maior participação das *commodities* na pauta de exportação brasileira, conduzindo assim para a “reprimarização ou especialização reversa” (p. 19). O mesmo autor destaca que o processo de reprimarização da economia não significa a desnacionalização, mas sim o predomínio da exploração das matérias-primas.

¹³ É importante destacar que nesse contexto, o Brasil passa a se inserir nos países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul), países “em desenvolvimento” e que estão “modificando notavelmente o panorama da economia mundial” (GARCIA, 2012, p. 47), verdadeiras fronteiras de expansão do capital, “um novo bloco de poder capaz de reorganizar a dinâmica de acumulação do capital nas condições da crise estrutural” (ALVES, 2016, p. 112).

as necessidades humanas e formas de vida em mercadoria, de modo a assegurar a existência do capital. Virgínia Fontes (2010, p. 306) caracteriza essa fase do desenvolvimento capitalista de “capital-imperialismo” baseando-se em três elementos: o predomínio do capital monetário; a atuação dos fundos de pensão como instrumentos para a expansão do capital, transformando os trabalhadores, através de um relacionamento “democrático”, em ‘parceiros’, em instrumentos de acumulação e valorização do capital; e a expansão capitalista para além das fronteiras nacionais, através da forte atuação do Estado.

Assim, o Brasil constituiu-se enquanto novo pólo do “capital-imperialismo”, embora subordinado, como afirma Garcia (2012, p. 142) “a opção política feita pelo Brasil (e pelos demais BRICS) foi não a de “virar a mesa” do seleto grupo de países poderosos, mas sim de “sentar à mesa” junto a eles”. Esse processo se deu no contexto brasileiro principalmente porque o país reunia algumas de suas condições econômicas fundamentais: avançada industrialização e monopolização de capital; um Estado a serviço da acumulação do capital; e um falso consenso entre as classes sociais, com a contenção das reivindicações da classe trabalhadora, garantindo determinados recursos a segmentos da classe trabalhadora caso “secundarizem as grandes questões e se concentrem no imediato” (FONTES, 2013, p. 104). Castelo (2016, p. 60) defende que esse momento histórico no Brasil é a “reafirmação e a consolidação de uma nova etapa do capitalismo dependente”.

Portanto, o crescimento econômico vivido nesse período estava intrinsecamente associado à dinâmica do capital na qual o Brasil se insere de modo subordinado, atendendo às demandas externas. Um dos meios de expansão do capital no território brasileiro e nos outros países do sul global, foi a instalação e expansão de grandes projetos de desenvolvimento. Esses projetos têm feito clara opção pela especialização e exportação dos commodities em detrimento do crescimento econômico pautado pela industrialização (SAIFI; DAGNINO, 2011. P. 2). No cenário brasileiro, esse percurso se dá especialmente atrelado aos Programas de Aceleração do Crescimento – PAC I e II. Esses grandes projetos de desenvolvimento podem ser explicados através de três formas de garantia da acumulação capitalista sobre os territórios, os megaprojetos, as megaobras e os megaeventos.

Por megaprojeto entende-se intervenções de grande porte com orçamentos muito altos e que geram grandes impactos sociais e ambientais. Sua constituição se dá, via de regra, sem a participação da população. As megaobras são construções com características grandiosas, seja pelo tamanho da área ou pelo volume de dinheiro gasto para a sua execução, cuja dimensão produz impactos sociais e ambientais relevantes.

Os megaeventos¹⁴ são eventos de duração limitada, com grande atração turística e com capacidade de atrair grandes investimentos públicos e privados (ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 4). Essas três formas de expansão do capital degradam a natureza e impactam sobremaneira a vida das comunidades locais que dependem diretamente dos recursos naturais para sua reprodução. Esse processo de avanço do capital sobre os territórios nos quais estão as comunidades locais, ocorre

Sob a marca de violência sanguinária da acumulação primitiva-contemporânea do capital: grandes latifúndios protegidos por capangas e pistoleiros e financiados pelo crédito público, a expropriação, saque e pilhagem dos territórios ocupados por indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, bem como a superexploração da força de trabalho, muitas vezes infantil e/ou em situação análoga da escravidão (CASTELO, 2016, p. 68)

Nessa nova fase do imperialismo, houve no Brasil um crescente avanço sobre os territórios, sobre os modos de vida e direitos sociais de comunidades locais através dos projetos de desenvolvimento.

3 CONCLUSÃO

A ampliação dos megaprojetos de desenvolvimento no contexto neodesenvolvimentista expressa a dinâmica da acumulação capitalista das dificuldades de absorção do capital (HARVEY, 2011). O neodesenvolvimentismo foi uma síntese política possível de desenvolvimento capitalista no Brasil nas condições da crise estrutural do capital, o qual aprofundou a sua condição de dependente. (ALVES, 2016).

O papel do Estado brasileiro para o desempenho dos megaprojetos se tornou essencial. O capital necessita do Estado para garantir o arcabouço econômico, institucional e ideológico que sustente o seu funcionamento. Desse modo, protegidos pelo poder do Estado, tais projetos foram apresentados e defendidos como projetos que trarão o desenvolvimento de maneira que opor-se à implantação de tais projetos seria o mesmo que ser contra o desenvolvimento. Assim, o Estado participa ativamente como garantidor da rentabilidade desses projetos vinculados ao mercado de commodities e à exploração dos recursos naturais.

¹⁴ Os megaeventos nesses últimos anos ocorreram nos países que compõem os BRICS, esse ano, por exemplo, a Copa do Mundo acontece na Rússia. Fato que evidencia que esses países são vistos enquanto meio para reorganizar a dinâmica do capital na condição da crise estrutural.

Com a expansão geográfica própria do sistema capitalista, mas que nesse momento histórico se aprofunda devido à sua crise estrutural, o território é alvo dessa expansão, em especial territórios ricos em recursos naturais e onde habitam comunidades que sobrevivem a partir desses recursos. A própria existência dessas comunidades locais se apresenta ou é apresentada como ameaça ao desenvolvimento pois possuem um modo de uso dos territórios e dos recursos naturais antagônico ao modo do capital (o primeiro busca a sobrevivência e autoreprodução, no segundo caso o fim é a acumulação).

Portanto, diante da busca desenfreada do capital para garantir sua expansão, os megaprojetos apresentam-se enquanto uma saída do capital para a sua crise. Os países periféricos são alvos dessa expansão, intensificando a exploração dos recursos naturais e a opressão/exploração sobre as comunidades locais. Trata-se de novos processos de expropriação, os quais definem o próprio modo de ser burguês: a usura, a dilapidação, o roubo como instrumento de expansão e de concentração de capitais.

Diante do aprofundamento da crise do capital e das medidas tomadas na tentativa de garantir os superlucros, da perda crescente de direitos da classe trabalhadora, de desmatamento e degradação do meio ambiente, faz-se cada vez mais urgente fortalecer as lutas das comunidades que vem sendo atingidas por esse megaprojetos, colocando-as no campo das lutas anticapitalistas, visando a construção de outra ordem societária, onde a miséria não seja uma plataforma sobre a qual se negocia, onde a lógica da troca não se sobressaia à lógica do uso.

4 REFERENCIAS

ALVES, G. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, E; VALE; E. S; RODRIGUES JR; N. (Orgs). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, N. M. S; SILVA, M G. Desenvolvimento Brasileiro e Hiper-exploração dos recursos naturais: avanço do capital e regressão da ação reguladora do Estado. In: Santos, J. S; VASCONCELOS, M. C. A; CRUZ, M. H. S. **Reconfiguração do Estado e suas expressões na Política Social Brasileira**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

_____; _____. Neodesenvolvimentismo e sustentabilidade socioambiental no Brasil: duas faces da ideologia burguesa em tempos de crise do capital. In: COSTA, G. M.; SOUZA, R (Orgs.). **O Social em Perspectiva**: políticas, trabalho, Serviço Social. Maceió: Edufal, 2013. v. 1, p. 191-212.

BASSEY, N. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia de bem-estar. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo. In: MACÁRIO, E; VALE, E. S; RODRIGUES JR; N. (Orgs.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARK, B; FOSTER, J. B. A dialética do metabolismo sociológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. **Margem Esquerda**: ensaios marxistas. São Paulo, n. 14, 2010.

FERREIRA, C. M; OSCAR, T. C. L. **Neodesenvolvimentismo, superexploração e precarização do trabalho**: uma análise das experiências no Complexo Industrial e Portuário de Suape e Arranjo Produtivo Local de Confecções de Pernambuco. Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Ed. Da UFRJ, 2010.

_____. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 36, 2013.

GARCIA, A. E. S. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula**: uma análise crítica entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Puc-Rio. Rio de Janeiro, 2012.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IASI, M. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: Abramides, M. B; DURIGUETO, M. L. **Movimentos sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, M; PORFÍRIO, C. A degradação ambiental em tempos de crise do capital: uma crítica à luz de Mézáros. **Rev. Eletrônica Arma da Crítica**, n. 5, 2014

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, B; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37.,2013. Seminário 39: Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputa por espaço e recursos entre classes e grupos sociais, 2013.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimento e Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; AMARAL, A. S. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E; AMARAL, A. S. **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

OLIVEIRA, F. O enigma de Lula: ruptura ou continuidade? **Margem esquerda**: ensaios marxistas, n. 1, 2003.

PEREZ, D. M; LARA, R. A consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil e contribuição de Florestan Fernandes. **Revista Temporalis**, Brasília, (DF), n. 29, jan./jun. 2015.

QUERIDO, F. M. **Michael Löwy**: marxismo e crítica da modernidade. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2016.

ROMEIRO, S. P.; FROTA, B. H. **Megaprojetos de impacto urbano e Ambiental**: violação de direitos, resistências e possibilidades de defesas das comunidades impactadas. São Paulo: IBDU, 2015.

ROSSI, A. **Moçambique, o Brasil é aqui**: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Record, 2015

SAIFI, E. S; DAGNINO, S. D. R. **Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais**: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011.

SANTOS, A.C. N. **Relação homem/natureza**: a destruição da natureza na sociabilidade capitalista. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2014.

SANTOS, S. J. Determinantes do desemprego nos anos 1980 e 1990. In: SANTOS, S. J. **“Questão Social” particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.